

Ata da LXXXVIIª Reunião Ordinária do Conselho Pleno da Andifes, convocada no dia três de março de dois mil e nove e realizada nos dias onze e doze de março de dois mil e nove, em Brasília/DF, com a pauta: informes da Diretoria Executiva, informes das Vice-Presidências Regionais, informes das Comissões, Matriz de OCC, Matriz de pessoal de EAD, Autonomia universitária, Orçamento 2008 e 2009, assuntos gerais e palestra com o secretário executivo Henrique Paim (MEC) e secretária Maria Paula Dallari (SESu/MEC). Estiveram presentes os dirigentes ou seus representantes legais: Adalberto Fazzio (UFABC); Alan Kardeck Martins Barbiero (UFT); Alex Bolonha Fiúza de Mello (UFPA); Alfredo Júlio Fernandes Neto (UFU); Aloísio Teixeira (UFRJ); Álvaro Toubes Prata (UFSC); Amaro Henrique Pessoa Lins (UFPE); Ana Dayse Rezende Dórea (UFAL); Antônio Martins de Siqueira (UNIFAL); Antônio Nazareno Guimarães Mendes (UFLA); Aurina Oliveira Santana (CEFET-BA); Carlos Alexandre Netto (UFRGS); Carlos Eduardo Cantarelli (UTFPR); Célia Maria da Silva Oliveira (UFMS); Clóvis Silva Lima (UFMS); Damião Duque de Farias (UFGD); Edward Madureira Brasil (UFG); Flávio Antônio dos Santos (CEFET-MG); Helvécio Luiz Reis (UFSJ); Henrique Duque de Miranda Chaves Filho (UFJF); Hidembergue Ordozgoith da Frota (UFAM); Jesualdo Pereira Farias (UFC); João Carlos Brahm Cousin (FURG); José Carlos Tavares Carvalho (UNIFAP); José Ferreira da Costa (CEFET-MA); José Geraldo de Sousa Júnior (UnB); José Ivonildo do Rêgo (UFRN); José Weber Freire Macedo (UNIVASF); Josivan Barbosa Menezes (UFERSA); Josué Modesto dos Passos Subrinho (UFS); Luiz Cláudio Costa (UFV); Luiz de Sousa Santos Júnior (UFPI); Malvina Tânia Tuttman (UNIRIO); Maria Lúcia Cavalli Nader (UFMT); Miguel Badenes Prades Filho (CEFET-RJ); Miriam da Costa Oliveira (UFCSPA); Naomar Monteiro de Almeida Filho (UFBA); Natalino Salgado Filho (UFMA); Olinda Batista Assmar (UFAC); Paulo Gabriel Soledade Nacif (UFRB); Pedro Angelo Almeida Abreu (UFVJM); Renato de Aquino Faria Nunes (UNIFEI); Ricardo Motta Miranda (UFRRJ); Roberto de Souza Salles (UFF); Roberto Ramos Santos (UFRR); Rômulo Soares Polari (UFPB); Ronaldo Tadêu Pena (UFMG); Targino de Araújo Filho (UFSCar); Valmar Corrêa de Andrade (UFRPE); Virmondes Rodrigues Junior (UFTM); Walter Manna Albertoni (UNIFESP) e Zaki Akel Sobrinho (UFPR). Dando início à reunião, o presidente cumprimentou os presentes e deu boas-vindas ao reitor da UNIFESP Walter Manna Albertoni, recém-empossado. O presidente procedeu aos informes da diretoria relatando a reunião com o Ministro Fernando Haddad, onde foram discutidas a autonomia universitária e o decreto elaborado pelo MEC: a) sobre autonomia universitária o presidente afirmou a necessidade de agilizar a discussão e avançar neste ano, com atenção para o trabalho da Comissão de Autonomia da Andifes e pela comissão mista interministerial; b) o plano nacional de formação de professores e o papel das universidades nesse trabalho. O presidente prossegue contando sobre reunião em que esteve presente, com o MEC e o MCT e o ministro Haroldo Cedraz (TCU), que tratou principalmente da pesquisa no país. Na ocasião foi entregue um documento ao TCU que solicita um prazo de mais um ano para discutir melhor o assunto do repasse de financiamento para pesquisa e Cedraz concordou informalmente. A seguir passou aos informes das vice-presidências regionais. O reitor Natalino Salgado Filho (UFMA), representante da região Nordeste, informou que o grupo discutiu os indicadores econômicos, sociais e educacionais da região, que deveriam ter sido apresentados na última reunião de 2008: a) a necessidade de uma discussão junto à SESu sobre pactuação final da expansão 1 e 2, pois algumas IFES estão com dificuldades para atender; b) um sistema de informatização e gestão acadêmica e os cursos da área de saúde, como de medicina, que foram implantados dentro do projeto do Reuni, mas há dificuldade de ter um hospital; c) grade curricular única nos cursos de licenciatura, para serem feitos de forma mais hábil e atender a demanda por professores; d) o contingenciamento do orçamento. O Reitor Damião Duque de Farias (UFGD), da região Centro-Oeste, informa que a reunião do final do ano passado, para atender a demanda sobre avaliação das regiões, foi protelada em função do adiamento do debate. O presidente da comissão de Ciência e Tecnologia, o reitor Ivonildo do Rêgo (UFRN), relatou: a) a formação de uma comissão para dar andamento ao processo do PAPG-IFES: “Instalamos a comissão, que passa a ser de governo, fazendo a articulação das pró-reitorias de pesquisa e pós-graduação”; a questão da relação com a FINEP; b) a reunião que teve pela manhã no Conselho de Ciência e Tecnologia. Segundo o reitor, também estavam presentes vários ministros, inclusive do Planejamento, de quem o presidente cobrou recursos para a área. O reitor Natalino Salgado Filho (UFMA), presidente da Comissão de Hospitais Universitários, narra a reunião com o MEC sobre o tema, abordando o plantão hospitalar, algumas políticas de recursos humanos e portaria sobre terceirização de serviços de apoio. O presidente da Comissão de Políticas de Recursos Humanos (CPRH), reitor Ricardo Motta (UFRRJ), informa que na última reunião da Comissão, os membros entregaram 15 itens sobre as questões de recursos humanos para incluir no decreto de autonomia. O reitor Carlos Alexandre Netto (UFRGS), presidente da Comissão de Relações Internacionais (CRIA), informa que o grupo discutiu: a) uma minuta de documento que deve colocar pontos para políticas de internacionalização das atividades acadêmicas das IFES, que pretende submeter na próxima oportunidade para discussão no pleno. Os pontos básicos do documento são a importância das ações de internacionalização e a necessidade de defender programas de apoio a essas políticas como bolsas, alojamento e custeio; b) a construção de um banco de dados com as informações das ações de internacionalização das IFES; c) a reedição do curso para assessores de relações internacionais das IFES. O reitor Ronaldo Pena (UFMG), que preside a Associação de Universidades de Língua Portuguesa (AULP) disse perceber um terreno muito fértil para o trabalho da CRIA. O reitor da UFRGS informa as intenções da Comissão de organizar uma agenda de eventos internacionais. O presidente Lins sugere um seminário de peso sobre o tema das políticas internacionais, com representantes da Capes,

MEC, MCT e Itamaraty. O professor Vilson Ongaratto (UTFPR), presidente da Comissão de Modelos da Andifes, informa que a Comissão está trabalhando na matriz desde o ano passado, com alguns pontos até já votados pela Andifes. A primeira é a OBC, a manutenção do índice de 70% para as despesas fixas, 10 itens da matriz, inclusão de novas variáveis, onde já há um estudo com a inclusão. Sobre a distribuição de recursos, a manutenção de imóveis está crescendo; água e esgoto abaixaram na despesa; comunicações é uma área que oscila bastante; energia e limpeza crescem novamente por causa da terceirização e aumento de área e vigilância cresceu muito nos últimos anos. A comissão propôs que o FORPLAD, junto com a comissão de modelos da Andifes, indicasse membros do FORPLAD e da comissão para participarem desse trabalho da comissão de modelos. Os itens pendentes, segundo Ongaratto, são ensino a distância e extensão. A reitora Miriam da Costa Oliveira (UFCSPA) solicita propostas de ajuste da matriz 2009 e piso e teto do PL 2010 e uma simulação dos dois itens seja enviada. O presidente da Andifes pede agilidade, para, em abril, concluir a questão e convida o presidente do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Planejamento e Administração (FORPLAD), Orlando Afonso Valle do Amaral, para expor o que está sendo feito em relação à matriz dos professores de educação à distância. Segundo o presidente do FORPLAD, essa demanda foi feita em outubro do ano passado em relação a 450 vagas para professores e 250 para técnicos em ensino a distância. Então, a Andifes solicitou ao FORPLAD estudo sobre a próxima leva de vagas, mais 450 de professores e 250 de técnicos. Segundo Orlando, o FORPLAD achou importante dar um peso um pouco maior para a graduação, que passou de três para quatro. As variáveis continuam as mesmas: número de matrículas, número de pólos e número de cursos. Outra discussão é se mantém inclusos os alunos da pró-licenciatura. Segundo ele: "A expansão, quando feita sem discussão prévia, normalmente leva a problemas futuros. Estamos começando a trabalhar com EAD, devíamos refletir em breve para ver o que estamos fazendo sobre o tema". Orlando informa que na reunião com a Secretaria de Educação à Distância (SEED), ao indicar que uma das demandas da Andifes é incorporar a EAD no modelo de OCC, o secretário Carlos Eduardo Bielschowsky pediu um pouco de cuidado em relação a essa incorporação. O presidente propõe uma reunião da Comissão de Educação a Distância, junto com a Comissão de Modelos, para discutir e fechar uma proposta. Fim dos trabalhos no dia 11 de março. No dia 12 de março, a reunião da manhã começou com os temas autonomia universitária e orçamento, com o objetivo de socializar, aprofundar a discussão e ter uma avaliação do conselho, para a reunião importante com o secretário Paim e a secretária Maria Paula à tarde. O presidente informa que a questão da autonomia já é pauta da Andifes, tendo participado ativamente por meio da Comissão de Autonomia, presidida pelo reitor José Geraldo de Sousa (UnB), e os quatro representantes na Comissão junto ao MEC e na comissão interministerial, com o reitor da UnB e o reitor Josué Modesto (UFS), além do procurador da UFRN, Giuseppe da Costa, e o presidente do FORPLAD, Orlando Amaral. Além disso, na Andifes, houve uma reunião com alguns membros do FORPLAD, quando foi montada uma comissão que incluiu também parte da CPRH e originou um grupo coordenado por Orlando, com uma série de pontos dentro da visão de autonomia. Todos receberam o documento e foram pedidas sugestões para as questões que entravam o desenvolvimento da universidade em qualquer área. O presidente passa a palavra para o reitor José Geraldo (UnB), presidente da Comissão de Autonomia. Há o relato sobre a reunião no dia anterior: a) um trabalho de recuperação da memória do que a Andifes já tem em torno do tema, mas ganhou uma dimensão muito grande por conta do Acórdão do TCU e da ação de cooperação estabelecida entre a Andifes e o próprio ministério, com o objetivo de, ao final, fundamentar um plano de providências que deverá ser apresentado do TCU reagindo aos itens das suas recomendações; b) a secretária de Educação Superior do MEC, Maria Paula Dallari, sugeriu que a Andifes trabalhasse levando em conta problemas decorrentes do acórdão. Ao invés de trabalhar questões mais conceituais, que se trabalhe procedimentos derivados do dispositivo constitucional 207, implementam a autonomia e ao mesmo tempo, respondem os aspectos do Acórdão. A secretária propôs um plano de 11 itens mercedores do trabalho do grupo interministerial, com uma divisão de tarefas entre os membros, que incluem MEC, MCT, MPOG, CGU e a Andifes. Os itens indicados para referência do trabalho: o decreto de autonomia, com dois temas principais: a) um de natureza orçamentária, possibilidade de elaborar a lei orçamentária, chamado de comando dirigido, elaborador da lei no sentido de prever reprogramações ao final do exercício; b) indicar que na concepção do orçamento se obedeça uma matriz, a matriz financiada com a Andifes traz um elenco de indicadores; c) um elemento de natureza de pessoal e se dirige sobretudo à criação do banco de servidores técnico-administrativos equivalentes. Como disse o presidente Amaro, a comissão especial preparou um quadro síntese com os entraves ao exercício da autonomia, em circulação para mais contribuição, a fim de permitir seu uso em documento final elaborado para deliberação do pleno. Os demais itens ainda estão em processo de refinamento dentro do grupo interministerial: a) a discussão sobre gratificação por encargo de curso e concurso envolvendo revisão do decreto 6.114, de 15 de maio de 2007; b) a regulamentação do banco de técnico-administrativos equivalente; c) a carreira do magistério, com uma regulamentação mais explícita sobre dedicação exclusiva e colaboração esporádica; d) a possibilidade de institucionalizar o cartão pesquisador, para aplicação de recursos de financiamento de pesquisa; e) a institucionalização também por ato normativo, mas sobretudo como política de um núcleo de apoio a projetos. O reitor José Geraldo chama atenção para este item, pois é uma indicação da secretária de que os projetos devem ser gerenciados no interior das IFES. Incluiu também um item que não foi discutido sobre o item 9.4 do acórdão, sobre a FINEP. De acordo com o presidente da Comissão, é importante destacar que no debate da comissão, sobretudo os reitores presentes, enfatizou-se o fato o trabalho não ficar vinculado ao âmbito técnico. Os reitores lembraram que essa questão precisa ser politizada no sentido de haver tensões aí colocadas para que as formulações apresentadas não sejam apenas de emendas aos atos que estão sendo preparados. O reitor Aloísio Teixeira (UFRJ) destacou que uma coisa é autonomia, outra é adequação ao acórdão do TCU: "Eu tenho dito que estabelecemos uma sólida relação com o MEC, o tom do meu discurso não é o de quem só critica, mas de quem quer consolidar essa aliança. O elemento

equivocado é esse de que nós temos que nos adequar às regras do TCU e de que isso significa avanço na autonomia. Não significa. Uma coisa é o MEC, o MCT, o Governo, quererem adotar uma postura de atendimento deles às normas do TCU, outra coisa somos nós, como reitores, que entendemos nossas instituições como autônomas, fazendo coro a isso; eu reitero o convite que fiz ao professor Amaro, de irmos sozinhos ao TCU, para discutir a nossa visão de universidade, de autonomia, levar a proposta de lei orgânica; estabelecer essa relação. Se não tivermos uma posição de combate, vamos andar para trás no terreno da autonomia". Reitor Amaro justifica o convite feito pelo reitor Aloísio para ir ao TCU: "acho que é necessário sim fazer essa visita, mas com uma visão clara da Andifes para que a gente possa levar". O reitor Alex Fiúza (UFPA) afirmou que o equívoco é aceitar uma discussão técnica, para uma matéria eminentemente política. Primeiro deve ser resolvida no campo político, para depois derivarem as consequências técnicas. O presidente afirma que há duas questões: uma com o TCU; e diz que gostou da idéia de fazer uma audiência pública na Câmara. Porém, ele diz que também não se pode deixar de lado a questão do acórdão. O presidente da Andifes convida o reitor Polari (UFPA), presidente da Comissão de Orçamento, e o pró-reitor Orlando, presidente do FORPLAD, para darem início ao segundo tema. O presidente passa aos relatórios da comissão de orçamento. Polari informa que a comissão obteve, junto ao MEC, o reconhecimento das pendências que ficaram de 2008, e a partir daí começou a fazer o levantamento rigoroso dessas pendências, com apoio do trabalho do FORPLAD: 42 IFES já responderam, o que representa um total de R\$ 280 milhões que transitaram do orçamento de 2008 para 2009. Nesse total tem uma parcela de 111 milhões referentes a emendas de bancadas. A questão do Reuni, com cerca de 16 milhões: parte de recursos do Reuni 2008 que não foi utilizada, já retornou para o orçamento das IFES no início de 2009. Polari informou que a reunião do dia anterior com Paulo Rocha, Subsecretário de Planejamento e Orçamento do MEC, deixou a equipe preocupada, porque dotar o orçamento de um ano para o outro compromete o orçamento do ano em exercício. O primeiro aviso da comissão é que todas as emendas de bancada de 2009 já foram canceladas pelo MEC. Fora o Reuni, os demais casos estão todos pendentes. O orçamento de 2009 está previsto para R\$ 3 bilhões, 160 milhões de reais, mas no Congresso houve um corte de R\$ 241 milhões. Em função da queda de receita, há dificuldade em recompor o orçamento das IFES; houve corte no OCC matricial, na assistência estudantil, expansão fases 1 e 2. No caso do Reuni também houve cortes. A pedido do 1º vice-presidente da Andifes, reitor Edward Madureira Brasil (UFG), e presidente do grupo de trabalho da Rede IFES, o professor Carlos Rocha (UFPR) informa sobre o andamento da rede, em funcionamento. Rocha discorre sobre a iniciativa e o desejo de colocar no ar a Agência Nacional de Notícias das IFES. Na tarde do dia 12 de março, a continuação do Conselho Pleno conta com a participação do secretário Executivo do MEC, José Henrique Paim e da secretária de Educação Superior Maria Paula Dallari Bucci. O presidente informa aos representantes do MEC que a discussão da autonomia tomou quase toda a manhã e pede ao presidente do FORPLAD para abordar as questões sobre orçamento. Este informa que a Andifes solicitou um levantamento dos créditos não empenhados no final de 2008 e fala sobre as impressões oriundas da reunião com Paulo Rocha (SPO). Paim comenta sobre o enfrentamento de uma crise de grandes proporções, o que tem repercussões no orçamento da união: "A situação existe. O que tenho falado é que há uma garantia de que o orçamento da educação será preservado. Os compromissos acordados serão cumpridos". Porém, segundo ele, é óbvio que uma crise repercute sobre recursos que muitas vezes o MEC consegue garantir, ajustes, recomposições, então é difícil que o MEC saia totalmente ileso em relação à crise: "Nós queremos preservar o acordado, que envolve Reuni, a manutenção da universidade. Conversamos com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que tem tido uma postura singular em relação ao MEC, nunca vista, no que tange a orçamento, pessoal, vários aspectos. O que acontece é que nós ficamos sempre para o final. Até esse momento há uma garantia de preservação. Então, dito isso, vamos ter algum tipo de repercussão, o que pode ser adiamento ou não cumprimento de algumas expectativas". De acordo com o secretário, o MEC cumpriu todas as datas, mas não houve um retorno do MPOG. O terceiro item é a recomposição dos cortes que foram feitos no projeto de lei, e também já foi encaminhado para o MPOG. O quarto ponto é: todos os ajustes relacionados a 2008/2009: "Em 2008 fizemos um trabalho de levantamento das necessidades das universidades, que foram atendidas parcialmente. Vamos verificar o trabalho feito pelo FORPLAD e pela Comissão de Orçamento para ver se confere com as nossas contas". Segundo ele, emendas de 2009, tanto as de bancada quanto as individuais, são um compromisso que não tem solução. "Em relação a limite de empenho, nós também temos cautela porque dia 20 sai o decreto. Vou apurar isso, para garantir também o não contingenciamento de recursos da universidade, de manutenção, especialmente". O Secretário espera mais clareza sobre o quadro em duas semanas. Para Paim a execução do orçamento é importante: "Eu não estou assustado com essa situação, acho que conseguimos sair bem, precisamos manter o ritmo de execução, para mostrar que não parou o processo de expansão das universidades". Em relação aos concursos, o MEC está desenvolvendo um sistema onde a IFES informará cada concurso realizado. Uma vez por mês o MEC vai fazer um levantamento dos concursos e apresentar ao planejamento, que se compromete a liberar os provimentos. O sistema está quase pronto e vai exigir esse acompanhamento das universidades. Dallari considera que as IFES passam por uma fase muito boa, e agora, certamente, dada a massa de recursos, o número de concursos realizados, passa a ter um interesse mais forte no sentido do retorno. A atenção da mídia se volta às vagas, aos cursos, vestibulares em números pontuais. Nesse sentido, há boas ferramentas de gestão, como o Simec, de maneira a tornar relativamente rápida a prestação de informação pelas universidades, e o tratamento das informações pela secretaria. Em relação aos concursos, é fundamental se ater aos prazos, e informar da impossibilidade em cumpri-los. Em relação à autonomia, Dallari diz ser o ponto de trabalho da SESu e do MEC para uma resposta satisfatória ao Acórdão 2731: "Eu prefiro tratar da autonomia, e não das fundações de apoio, que eu tenho visto que foram um expediente necessário, durante certo tempo, para a universidade dar conta de suas tarefas. Eu acho que primordialmente o acórdão nos dá ensejo de enfrentar essa estratégia, recuperar a capacidade de gestão da

universidade, de escolher qual caminho quer tomar. O MEC se empenha em conceder às universidades uma via para que elas escolham como tramitam seus projetos”. Segundo ela, a situação mais complicada dentro do marco legal existente é a situação das atividades com recursos externos. A sugestão é trabalhar um conceito: projetos com recursos externos ao orçamento. “Esse conceito aparece de maneira pouco clara, mas pode orientar um conjunto de medidas. O TCU determina que editemos uma norma sobre projetos e eu acho que não é uma norma sobre projetos, por dentro das vias legais da universidade – temos uma série de obstáculos. Deve abranger também a questão da pós *lato sensu*. Quero frisar que nenhuma dessas normas seguirá adiante sem passar pelo crivo da Andifes”. Uma segunda norma que está sendo estudada é sobre a relação com as fundações de apoio. Na opinião da secretária, e segundo alguns estudos preliminares, deve ser uma norma que trata do recredenciamento, pois nem o MEC nem as IFES podem disciplinar as fundações. O terceiro ponto é criar dentro das universidades um núcleo de apoio a projetos de pesquisa e extensão com recursos externos: “Tenho visto que o problema muitas vezes não é jurídico, mas administrativo – não tem funcionários, não são suficientes – então é preciso criar condições para esse núcleo. Ou os NITs atuam dessa maneira, ou existem estruturas como tal nas pró-reitorias, reitorias. Estamos trabalhando no sentido de criar essa estrutura nos núcleos de apoio a projetos – se o mecanismo puder vir da Andifes, melhor, porque virá uma proposta mais qualificada. Uma quarta medida é uma ferramenta no campo da Tecnologia da Informação para gerenciar os projetos com recursos externos. Eu não penso em responder o acórdão do TCU de maneira quase subordinada. Esta é uma preocupação de transparência e organização de informações, assim a universidade tem uma ferramenta para fazer seu gerenciamento de projetos”. Um quinto ponto é a questão do cartão pesquisador. De acordo com Maria Paula Dallari, é necessário um mecanismo facilitador para o pagamento. O Banco do Brasil já trabalha esse aspecto. O MEC, em parceria com o MCT, estuda uma norma para disciplinar isso. Dallari afirma que o cartão, em conjunto com o sistema, vai prover ao pesquisador as ferramentas necessárias para gerenciar seu projeto. Há o aprimoramento do decreto sobre a gratificação por curso e concurso. Outro inciso em criação, para tratar dos cursos de formação continuada, onde serão inclusos cursos de pós-graduação *lato sensu*. A sétima medida é a revisão do decreto 5.205, de 14 de setembro de 2004, que regulamenta a relação das fundações de apoio, ainda em estudo para atender o TCU em certa medida. A oitava proposta é o chamado decreto da autonomia financeira, cujo espírito é dar operacionalidade à disposição da Constituição Federal. Penúltimo, a portaria de bolsas de extensão que visa também criar um caminho. Por fim, a criação do banco de técnico-administrativos equivalentes, com uma figura nova: a possibilidade de criar uma espécie de câmara de redistribuição de cargos entre as universidades. Há um espaço para diálogo que permite entender que esse conjunto de medidas, apresentado ao TCU, dará condição de fazer o ajustes, acomodações e críticas necessárias em relação aos pontos que mereçam ressalvas. Não é uma estratégia de aceitação pura e simples do que o TCU entende que seja uma universidade, nem uma recusa. O importante nesse momento é criar o espaço de interlocução até pra obter revisão de pontos considerados inadequados pelo TCU. O MCT protocolou no TCU um pedido relativo à FINEP, no sentido de ser concedido mais prazo para implementação daquela determinação e o TCU deve levar a questão ao plenário até o final desse mês. Alguns reitores procederam à interlocução com os representantes do MEC. O reitor Aloísio (UFRJ) opina sobre o decreto do MEC: “Eu acho que a linha do decreto, do TCU, é uma linha que ao invés de nos fazer caminhar no sentido da autonomia universitária pode nos fazer regredir. A pretexto de estarmos ampliando autonomia, podemos estar criando uma série de restrições. Deveria ser o poder de nós elaborarmos as normas que devem reger a universidade”. Segundo a secretária, há pelo menos dois meses para trabalhar numa outra linha que a Andifes poderá propor. Do ponto de vista do MEC, essa construção de apontamentos continuará e será apresentada aos senhores para receber críticas e sugestões. Paim lembra que a situação do ministério é confortável do ponto de vista político, orçamentário: “A relação que se estabeleceu hoje em relação ao MPOG é muito favorável frente aos outros ministérios. Há várias manifestações no MPOG no sentido de manter nossa agenda de pé. “Nós estamos avançando na crise. O Reuni é uma demonstração de autonomia, ninguém disse qual projeto de expansão uma universidade deveria fazer. Eu diria que nós estamos num bom caminho, é uma discussão muito difícil, há uma cultura instalada na universidade, que precisa ser preservada, mas ao mesmo tempo vai haver algumas mudanças, porque isso já estava sendo desenhado. A agenda é de fortalecimento, é o que o MEC quer”. O presidente agradece a participação dos secretários e diz que vai dar continuidade ao processo de discussão de tais pontos na Andifes. As declarações completas dessa reunião estão gravadas e disponíveis para consulta. Nada mais havendo a tratar, eu Gustavo Henrique de Sousa Balduino, secretário executivo, lavrei a presente ata.

Gustavo Balduino
Secretário Executivo da Andifes